



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 12/2020

1. CELEBRANTE

Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: MANDACARU EXTRAÇÃO DE AREIA E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EM GERAL LTDA

CNPJ: 15.721.187/0001-90

Endereço: Rua central Utinga, s/n

Município: Rio Largo/AL

Representante Legal: Elderclenio Correia dos Santos

CPF: 047. [REDACTED]

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS

CNPJ: 12.958.179/0001-73

Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL

Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes

CPF: 051.912.644-01

Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1.

Auto de infração: 2020.2001094550.GEMFL.AINF

Data da lavratura: 20/01/2020

Data do pedido de Suspensão: 31/01/2020

Valor original do Auto: R\$ 33.239,86

Valor com exigibilidade suspensa: R\$ 23.267,90

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções



pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de executar exploração mineral sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental competente, bem como, extrapolar limites da poligonal requerida, referente ao processo de LO nº362/2019.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD, no prazo 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do presente termo, devendo iniciar a executar após aprovação da autoridade celebrante.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 9.971,95** (nove mil e novecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos), parcelado em 06 (seis) prestações mensais.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;



b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;

c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;

b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da



atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 04 de fevereiro de 2020.

**MANDACARU EXTRAÇÃO DE AREIA E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EM
GERAL LTDA**

DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____





TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 12/2020

1. CELEBRANTE

Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: MANDACARU EXTRAÇÃO DE AREIA E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EM GERAL LTDA

CNPJ: 15.721.187/0001-90

Endereço: Rua central Utinga, s/n

Município: Rio Largo/AL

Representante Legal: Elderclenio Correia dos Santos

CPF: 047.426.894-29

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS

CNPJ: 12.958.179/0001-73

Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL

Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes

CPF: 051.912.644-01

Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1.

Auto de infração: 2020.2001094550.GEMFL.AINF

Data da lavratura: 20/01/2020

Data do pedido de Suspensão: 31/01/2020

Valor original do Auto: R\$ 33.239,86

Valor com exigibilidade suspensa: R\$ 23.267,90

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções



pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de executar exploração mineral sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental competente, bem como, extrapolar limites da poligonal requerida, referente ao processo de LO nº362/2019.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD, no prazo 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do presente termo, devendo iniciar a executar após aprovação da autoridade celebrante.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 9.971,95** (nove mil e novecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos), parcelado em 06 (seis) prestações mensais.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;



b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;

c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;

b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da



atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 04 de fevereiro de 2020.

**MANDACARU EXTRAÇÃO DE AREIA E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EM
GERAL LTDA**

DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____